AS ORDENS MILITARES E A TRIBUTAÇÃO RÉGIA, EM PORTUGAL *

por Virginia Rau e Iris Gonçalves

Pelas ordenações da Ordem de Cristo, uma das cujas chegou até nós em traslado de 11 de Junho de 1321 e a outra tem a data de 16 de Agosto de 1326, ficou estabelecido que «o dicto rey e todos reyes que depois el uheheren aian colheytas dos logarens onde as soyan sauer no tempo da orde que foi do Temple, en como as soyan dauer», tendo-se ao mesmo tempo determinado que as pagassem «os comendadores que teuerem as comendas desses logares, salvo aquelles logares onde soyan a dar colheytas, que forom partidos per comendas, que estes comendadores paguem desseu essa colheyta todos lygalmente» (1). Do mesmo modo, as da Ódem de Santiago, datadas de 26 de Maio de 1327, expressam idêntico preceito, usando, até, terminologia semelhante: «E temos por bem que nosso senhor D. Rey e todos outros Reys que depois el forem, aia suas colheitas bem paradas daquelles logares onde as sempre ouerem e paguem nas Comendas que teuerem nas comendas desses logares» (2).

A par do referido tributo, nenhum outro é mencionado, nem a propósito destas Ordens Militares nem das restantes, como sendo por elas devido ao soberano de Portugal. A razão de ser da citada exclusividade provém de caráter da própria contribuição, criada pela premência de certos con-

---


(2) A.M.T.T., Ordem de Santiago, Livro dos Tábuas Ferradas, n.º 141, fl. 10 e Livro dos Copos, n.º 372, fl. 181.
dicionalismos da vida na Idade Média e, como tal, não tolerando
insatisfações, enquanto o império desse condicionalismo se não
foi atenuando.

Consistia a colheita na obrigação de fornecer alimentos para a mesa do rei e seu séquito, quase sempre bastante númeroso, quando, nas suas constantes deslocações pelo país, che-gavam a qualquer lugar. Ora, numa época em que muitas vezes escasseavam os alimentos; em que a dificuldade de transportes tornava impossível a rápida aportação de gêneros trazidos de outro local, ainda quando não muito afastado; em que, como diz Hesíodo (1), a falta de segurança para os produtores tornava ainda maiores, pelo menos na aparência, os inconvenientes apontados, era extremamente difícil, se não mesmo impossível, ao régio visitante, encontrar os alimentos que lhe eram necessários, quando chegava a muitos sítios, a não ser que estes estivessem, sob tal aspecto, obrigatoriamente preparados para o receber. Por isso foi preciso criar um tributo adequado àquele fim e estendê-lo não só às povoações, como também aos mosteiros, igrejas e comendas.

Era considerada de tal modo importante a contribuição da colheita, ou jantar, que o «Puerto Viejo» de Castela, que, como se sabe, teve plena vigência entre nós, a considerava uma prerrogativa inerente à soberania régia, e, por isso mesmo, inalienável e imprescritível, ao lado de apenas mais três: a suprema administração da justiça, o direito de cunhar moeda e o de receber a fосседеira.

Compreende-se, assim, que nem o clero tivesse conseguido isentar-se do pagamento deste tributo, e que as Ordens Militares estivessem, portanto, na obrigação de o solvem.

Com o andar dos tempos, os imperativos que levaram à criação da colheita foram-se atenuando, ela deixou de desempenhar o importante papel que anteriormente lhe cabia, e foi perdendo o seu significado, até se transformar, no dizer de Paulo Merêa, num «imposto incaracterístico» (2). Não deixou, no entanto, de ser cobrada, porque os quantitativos que fazia

(2) «Organização social e administração pública», in História de Portugal, dir. por Damião Pires, vol. II, Barcelos, 1929, p. 474.

ingressar no tesouro real, não eram de modo nenhum para

Mas a própria forma de pagamento sofreu profundas alterações. Não só os gêneros deram lugar ao dinheiro — embora sempre se tivessem conservado casos de pagamento em espécie — como ainda a presença do monarca no local deixou de ser necessária e a cobrança passou a efectuar-se em dia fixo. Para o caso que agora mais directamente nos interessa, o das Ordens Militares, conservou-se, no entanto uma reminiscência da anterior obrigatoriedade da presença régia, embora já mais compreendida, porque a cobrança de quase todas as colheitas passou a efectuar-se quando o rei atravessava o rio Roxo, viajando de Norte para Sul, mas só uma vez por ano.

Chegam-nos, provenientes do século xiv, várias listas que nos permitem apurar das colheitas pagas, nessas épocas, pelas Ordens Militares portuguesas de Santiago, Cristo, Hospital e Avis (3).

Não impedia a obrigação do seu pagamento sobre todas as comendas, nem os quantitativos eram iguais, nem soviados de igual modo.

As próprias Ordens eram muito diferentemente sobrecarregadas com o tributo. Com efeito, das 46 comendas obrigadas à sua solução, 25 pertenciam a Santiago, enquanto que Avis, por exemplo, só contribuiu por meio de 5. Acresce ainda que estas 5 comendas pagavam uma colheita de apenas 100 libras cada uma, enquanto as de Santiago — cujo quantitativo sómente é conhecido em 13 casos — sóviam quantia dupla daquelas.

Por outro lado, se as comendas acima mencionadas, tinham, no século xiv, o montante das suas colheitas transformado em dinheiro, o mesmo não acontecia com outras, como, por exemplo, as da Ordem de Cristo. Estas conti-nuavam com a obrigação de pagar em gêneros, e sob a forma pela qual essa obrigação se tornava mais gravosa, pois que

(3) Documentação a publicar próximamente, em estudo de uma das autoras da presente comunicação.
dicionalismos da vida na Idade Média e, como tal, não tolerando insurgências, enquanto o império ou mesmo condicionalismos se não fosse atenuando.

Consistia a colheita na obrigação de fornecer alimentos para a mesa do rei e seu sêquito, quase sempre bastante nume-

roso, quando, nas suas constantes deslocações pelo país, che-
gavam a qualquer lugar. Ora, numa época em que muitas vezes escasseavam os alimentos; em que a dificuldade de transportes tornava impossível a rápida aportação de géneros trazidos de outro local, ainda quando não muito afastado; em que, como diz Herculano (1), a falta de segurança para os produtores tornava ainda maiores, pelo menos na aparência, os inconvenientes apontados, era extremamente difícil, se não mesmo impossível, ao régio visitante, encontrar os alimentos que lhe eram necessários, quando chegava a muitos sitios, a não ser que estes esti-

vessem, sob tal aspecto, obrigatoriamente preparados para o receber. Por isso foi preciso criar um tributo adequado àquele fim e estendê-lo não só às povoações, como também aos mos-
teiros, igrejas e comendas.

Era considerada de tal modo importante a contribuição da colheita, ou jantar, que o «Pouco Viejo» de Castela, que, como se sabe, teve plena vigência entre nós, a considerava uma prerrogativa inerente à soberania régia, e, por isso mesmo, inalienável e imprescritível, ao lado de apenas mais três: a suprema administração da justiça, o direito de cunhar moeda e o de receber a foseideira.

Compreende-se, assim, que nem o clero tivesse conseguido isentas-se do pagamento deste tributo, e que as Ordens Mili-
tares estivessem, portanto, na obrigação de o solvem.

Com o andar dos tempos, os imperativos que levaram à criação da colheita foram-se atenuando, eis deu-se de desem-

penhar o importante papel que anteriormente lhe cabia, e foi perendo o seu significado, até se transformar, no dizer de Paulo Merêa, num «imposto incaracterístico» (2). Não deixou, no entanto, de ser cobrado, porque os quantitativos que fazia


(2) «Organização social e administração pública», in História de Portugal, dir. por Damasio Ferro, vol. II, Barcelos, 1929, p. 496.
nen alimentos nem quantidades se encontravam discriminados, podendo o rei requisitar quanto houvesse necessário. Porém na prática, e porque, como atrás fico dito, ocasões havia em que o monarca tinha direito o receber, de uma só vez, quase todas as colheitas das Ordem, quando atravessava o rio Roxo, é natural que também nesses comendas se pagasse já em dinheiro, pois o soberano deixaria de “haver mistos” dos mantimentos devidos por todas elas. Como era habitual, o quantitativo em numerário deduzir-se-ia a partir dos gêneros usualmente pagos e dos preços correntemente praticados na altura e no lugar.

Resumindo todos os elementos que possuímos, podemos elaborar o seguinte quadro:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ORDEM</th>
<th>FORMA DE PAGAMENTO</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>despesas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>gêneros</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>despesas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Santiago</td>
<td>12 (12)</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Crise</td>
<td>9 (1)</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital</td>
<td>2 (2)</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Avis</td>
<td>5 (5)</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>20 (14)</td>
<td>46</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Em lista separada da anterior e com a indicação de que não se conhecia quantas que deviam pagar, figuram: a Cabeça do Mestrado, Aixdor de Sal, Montemor-o-Novo, Ferreira do Alentejo, Almodôvar, Cercal, Almada, Casalrú, Castelo, Simao Correia, Horti Lagos e Palmela.
(1) Eram elas: a Comenda Maior (Castelo Martim), Soure, Pombal, Redinha que levava a colheita a Pombal, quando o rei ali estivesse —Tomar, Vila Nova de Óbidos, Castelo Bom, Evora e Lourinh.
(1) Eram as comendas de Leça e Belver, que pagavam, como as de Santiago, 200 libras cada uma.
(1) Convidas de Marnancio, Quita, Póvoa, Canadela e Sértã.
(1) Convidas de Veira, Avis, Seda, Vide e Marvão. Como ficou dito, pagavam 100 libras cada uma.

Eram as colheitas tributo gravo para o contribuinte, facto que deixou rastro na nossa documentação medieval. No respetante às Ordem Militares, é bem significativa a carta régia de 10 de Março de 1304, em que D. Dinis consguiu a queixa do Mestre de Santiago, D. João Osório, sobre a «pobreza e descampoo» em que ficavam os lugares de Cabrela, Alvalade e Panóias, já de si povoações pobres, por causa das colheitas que pagavam, quando o rei «al comer» (11).

Mas não raro, ao ónus constituído pelo próprio imposto se juntava o abuso, o que, naturalmente, vinha agravar a situação. Um outro caso bastará, para exemplificar. Em 1354, o infante D. Pedro mandou, pelo seu porteiro, vender algumas bens da Ordem de Avis, para se cobrar das colheitas de Veiras, Avis, Seda e Vide, quando, no dizer das respectivas justiças, o infante não tinha direito a elas porque não estivera naquelas localidades (12).

Foi, aliás, este tipo de abuso, o que mais frequentes marcas deixou na documentação portuguesa desta época, talvez por ser o que revelava forma mais grava para o povo.

A.N.T.T., Inquirções de D. Afonso III, liv. 4, fl. 22.
Eram as colheitas tributo gravo para o contribuinte, facto que deixou rasto na nossa documentação medieval. No respeitante às Ordens Militares, é bem significativa a carta régia de 10 de Março de 1304, em que D. Dinis consoou a quexa do Mestre de Santiago, D. João Osório, sobre a «pobreza e desamparo» em que ficavam os lugares de Cabrela, Alvalade e Panóias, já de si provoacções pobres, por causa das colheitas que pagavam, quando o rei «aí comia» (11).

Mas não raro, ao ónus constituído pelo próprio imposto se juntava o abuso, o que, naturalmente, vinha agravar a situação. Um outro caso bastará, para exemplificar. Em 1354, o infante D. Pedro mandou, pelo seu porteiro, vender alguns bens da Ordem de Avis, para se cobrar das colheitas de Veios, Avis, Seda e Vide, quando, no dizer das respectivas justiças, o infante não tinha direito a elas porque não estivera naquelas localidades (12).

Poi, aliás, este tipo de abuso, o que mais frequentes marcas deixou na documentação portuguesa desta época, talvez por ser o que revelava forma mais gravosa para o povo.

<table>
<thead>
<tr>
<th>ORDEM</th>
<th>FORMA DE PAGAMENTO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>dobre</td>
</tr>
<tr>
<td>Santiago</td>
<td>13 (9)</td>
</tr>
<tr>
<td>Cristo</td>
<td>—</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital</td>
<td>2 (1)</td>
</tr>
<tr>
<td>Avis</td>
<td>5 (1)</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Comendas de Mértola, Aljuzafel (?), Onrique, Alvaino, Montal, Chasteal, Palmelas, Castro Verde, Gabrião, Trasó, Relais, Moxenjana e Padrões. Como ficou dito atrás, cada uma pagava 200 libras.

(1) Em lista separada da anterior e com a indicação de que não se conhecia a quantia que deviam pagar, figuram: a Caboço de Mosteiro, Alcacer de Bal, Montemor-o-Novo, Fente de Amealhejo, Almeovar, Cercai, Almada, Casteira, Chasteal, Sionnara, Cortes, Morc Lagoa e Palmaia.

(4) Eram elas: a Comenda Major (Chasteal Marins), Soure, Pombal, Redinha — que levava a colheita a Pombal, quando o rei ali estivesse — Tomar, Vila Nova de Oura, Casteira, Branque, Eunora e Laardous.

(1) Eram as comendas de Leço e Belver, que pagavam, como as de Santiago, 200 libras cada uma.

(1) Comendas de Marvão, Quelada, Polares, Canadas e Zartá.

(1) Comendas de Vetras, Avis, Seda, Vide e Marvão. Como ficou dito, pagavam 100 libras cada uma.

(1) A.N.T.T., Guareta 9, m. 10, n.° 27, fl. 3 v., e Inquirições de D. Afonso III, liv. 4, fl. 16.

(12) A.N.T.T., Inquirições de D. Afonso III, liv. 4, fl. 22.